



SEGURANÇA

Plano mira finanças do “andar de cima” do crime

Maior parcela dos R\$ 11 bi do programa do governo é para o ataque à movimentação de dinheiro pelas facções. Outras partes dos recursos vão para sistema prisional, compra de equipamentos e estratégias de combate ao tráfico de armas

» ÁNDREA MALCHER

De olho nas urnas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, mais um pacote de medidas de segurança pública, ainda tentando conquistar espaço em um tema dominado pela oposição e bandeira de campanha do principal adversário nas urnas este ano, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O programa Brasil Contra o Crime Organizado prevê R\$ 11 bilhões para asfixiar as finanças das organizações criminosas; reforçar seguranças em presídios estaduais; investigar homicídios; e o combate ao tráfico de armas e explosivos. Do montante, cerca de R\$ 1 bi será proveniente do Orçamento de 2026 e o restante virá de empréstimos do BNDES aos estados.

De acordo com o planejamento do governo, do recurso previsto para este ano, R\$ 388,9 milhões serão destinados ao combate financeiro às facções; R\$ 330,6 milhões para o sistema prisional; R\$ 201 milhões para investigações de homicídios; e R\$ 145,2 milhões para o combate ao tráfico de armas. A linha de crédito de R\$ 10 bilhões poderá financiar a compra de equipamentos, como viaturas, drones, câmeras corporais, sistemas de videomonitoramento, scanners corporais, bloqueadores de celulares, equipamentos para perícia, para radiocomunicação, embarcações e reforma de presídios, o que demandará adesão dos estados.

Como forma de reforçar a ênfase no ataque à movimentação financeira das facções, Lula lembrou

a conversa que teve com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na semana passada, sobre o combate ao crime organizado. “Disse ao presidente Trump: ‘Se você quiser combater o crime organizado de verdade, você tem que começar a entregar alguns nossos [brasileiros] que estão morando em Miami’. É só querer discutir. Falamos que temos propostas de asfixia financeira, de combater a lavagem de dinheiro, e parte das armas que apreendemos vem dos Estados Unidos. É importante dizer essas coisas porque, senão, eles passam a ideia de que a desgraça toda está do lado de cá e que eles não têm nada a ver com isso”, observou.

O presidente destacou a necessidade de combater o crime no “andar de cima”. “Muitas vezes, o criminoso não é o pobre, não é o negro, não é o desempregado. Muitas vezes, o responsável está no andar de cima, engratado, tomando uísque e zombando da nossa cara. A polícia olha para a favela, mas sabe que (o principal culpado) está no 15º andar de um apartamento, olhando da cobertura, a ação da polícia. Muitas vezes, ele está no meio empresarial, no Congresso Nacional, no futebol. Está espalhado por todas as categorias existentes”, criticou.

Governadores

Lula, que não esconde as tentativas de ganhar espaço no tema visando as eleições de outubro, aproveitou o lançamento do pacote de medidas para acenar aos governadores. Segundo ele, é urgente a necessidade de diálogo com o

SEAUD/PR



Lula disse a Trump que, para combater o crime organizado, era preciso que brasileiros fossem “devolvidos”

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com o Conselho Nacional de Procuradores, pois há “muita queixa” dos governadores.

“Muitas vezes, a polícia prende os bandidos e, uma semana depois, esse bandido está solto. Esse é um tema que nós vamos ter que colocar na mesa para ver se a gente consegue colocar, também, o Poder Judiciário em harmonia com essa tese que estamos aprovando aqui, hoje, de combater o crime organizado”, salientou.

O presidente prometeu, ainda,

que, assim que o Senado aprovar a PEC da segurança pública, será criado um ministério específico, separado da pasta da Justiça. “Sempre recusei a aprovar o Ministério da Segurança Pública enquanto a gente não tivesse definido qual seria o papel do governo federal na segurança pública”, disse.

O programa do governo é lançado em um momento delicado na relação entre o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), e o Palácio do Planalto. Com

as relações estremecidas desde a rejeição de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), o senador não compareceu à solenidade. Além disso, aprovada pelos deputados em março, a proposta de emenda à Constituição que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a PEC da Segurança Pública, está parada no Senado há dois meses, aguardando despacho de Alcolumbre para iniciar a tramitação.

“Conseguimos formar consensos e aprovar proposições



Muitas vezes, o criminoso não é o pobre, não é o negro, não é o desempregado. Muitas vezes, o responsável está no andar de cima, tomando uísque e zombando da nossa cara. Muitas vezes, ele está no meio empresarial, no Congresso Nacional, no futebol”

Presidente Lula

relevantes. De iniciativa do Executivo, a Câmara aprovou a PEC da Segurança Pública, fruto de longa escuta, debate federativo e muito equilíbrio. A matéria aperfeiçoa a cooperação de União, estados e municípios. Temos convicção que o Senado Federal, com sua reconhecida tradição de equilíbrio e diálogo, contribuirá para que essa iniciativa se transforme em breve para avanço concreto para o país”, lembrou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

SAÚDE PÚBLICA

RS confirma morte por infecção pelo hantavírus

» RAFAELA BOMFIM*

O Rio Grande do Sul confirmou uma morte por hantavírus, registrada em área rural do estado. A vítima é moradora do município de Paulo Bento e não resistiu às complicações provocadas pela doença. O governo gaúcho também registrou um segundo caso de infecção, verificada no município

de Antônio Prado. As autoridades sanitárias locais asseguram que esses episódios não têm ligação com o surto investigado em um cruzeiro que saiu da Argentina com destino a Cabo Verde, em abril.

Dados da Secretaria Estadual da Saúde apontam que o Rio Grande do Sul mantém registros frequentes da doença nos últimos anos. Em 2025, foram

oito confirmações, sendo que, em 2024, houve sete ocorrências, além de seis em 2023. As autoridades destacam que, apesar do baixo volume de registros, em comparação com outras enfermidades, a hantavírus exige atenção por causa da alta taxa de mortalidade e da rapidez na evolução clínica.

No Paraná, a Secretaria de Estado da Saúde confirmou dois casos em 8 de maio. Um dos pacientes mora em Pérola D’Oeste, município próximo à fronteira com a Argentina, e outro em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Outras 11 notificações seguem em investigação

e 21 suspeitas foram descartadas. Em nota, o governo paranaense informou que “a doença permanece sob controle” e que a rede pública continuará monitorando os casos suspeitos identificados pelas unidades de saúde.

Minas Gerais também registrou uma morte causada pela doença. A vítima era um homem de 46 anos, morador de Carmo do Paranaíba. O caso foi confirmado pela Secretaria Estadual de Saúde no domingo.

O episódio aumentou a atenção das autoridades sanitárias, principalmente após a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgar

informações sobre as três mortes relacionadas ao hantavírus no MV Hondius, que fazia o trajeto entre a Argentina e Cabo Verde. Especialistas afirmam que os registros brasileiros têm contexto epidemiológico diferente do ocorrido no cruzeiro internacional.

Os registros de infecção levaram a vigilância epidemiológica a reforçar orientações de prevenção, principalmente entre trabalhadores rurais e pessoas expostas a locais fechados com presença de roedores silvestres. A doença ocorre por meio do contato com fezes, saliva, urina ou partículas

contaminadas deixadas pelos roedores. A infecção também pode acontecer durante a limpeza de galpões, depósitos, celeiros e construções abandonadas, quando partículas presentes na poeira são inaladas. Entre os sintomas iniciais estão febre, dores musculares, dor de cabeça, náusea e mal-estar. Em situações mais graves, o quadro pode evoluir rapidamente para dificuldade respiratória, queda da pressão arterial e comprometimento cardiopulmonar.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

O ESTADO BRASILEIRO DESRESPEITA A CONSTITUIÇÃO QUE ESTABELECE QUE SEGURANÇA PÚBLICA É DEVER DO ESTADO

Oceano da segurança

O recepcionista do hotel em Amarante, no norte de Portugal, na intenção de ser amigável, ao ver meu endereço, perguntou: “Em Brasília também é perigoso?”. Expliquei que não, pelos padrões brasileiros, mas muito perigosa pelos padrões portugueses. Mencionei cidades brasileiras que são bem mais perigosas que a capital federal, mas não era necessário. Ele já sabia porque convive com brasileiros que trabalham no ramo hoteleiro de Portugal e revelam por que vieram viver em terras lusitanas. Sempre é para fugir dos perigos

pelos quais passaram no Brasil.

O diálogo coincide com a divulgação de uma pesquisa Datafolha no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrando que quase 70 milhões de brasileiros já tiveram contato com o crime e que 41% das mulheres e 30% dos homens não saem à noite por medo. Que o maior pavor é com vigarices digitais, assalto a mão armada e receber um tiro na rua. Entre as mulheres, 82% temem agressão sexual. Imagine o pavor das mães em relação às suas crianças.

Há dias, em Lisboa, encontrei um casal de Fortaleza que se

mudou para Portugal depois de sequestrado com assassinato. Contaram-me que seus filhos pequenos estão aprendendo a andar na rua, para irem à escola sozinhos — como todos íamos na minha geração. As crianças tiveram que perder o medo de andar na calçada, brincar no parque público. No mesmo dia, recebíamos amigos e, quando eles saíram, vimos que havia uma mochila do lado de fora da porta. A arrumadeira, que trabalharia no dia seguinte, não quis perturbar-nos, e deixou lá a mochila. Já estava acostumada com a segu-

rança de seu novo país, depois de ter deixado Pernambuco após o quinto assalto.

O vizinho que me visitava, às vezes, divide comigo um café no quiosque da esquina. Certa vez, deixou por lá a carteira, com dinheiro e cartões. Ninguém levou. O mesmo aconteceu com uma sacola de compras que minha mulher deixou na calçada, diante do Museu Fernando Pessoa. Só lembrou cinco quadras à frente, quando tomávamos café numa mesa de calçada, sobre a qual ficavam nossos celulares, enquanto passa muita gente

de bicicleta rente às mesas. Ela voltou para buscar a sacola, que estava no mesmo lugar onde a deixara. Lisboa tem poucas garagens nos prédios centenários. Os carros ficam na rua. Carros arrombados ou vidros quebrados são exceção.

Como viram, fiz também a minha pesquisa e lamento constatar que o medo de brasileiros no Brasil é medo de outros brasileiros. Inclusive, daqueles que a Itália classifica como máfia e os americanos como terroristas narcotraficantes. Os governantes usam muito a palavra soberania,

mas as organizações criminosas exercem domínio em rios e pistas aéreas da Amazônia e em áreas do Rio de Janeiro e outras cidades. O Estado brasileiro desrespeita a Constituição que estabelece que segurança pública é dever do Estado. A Constituição acrescenta que é responsabilidade de todos, mas o Estado tudo faz para impedir que as pessoas se protejam convenientemente. Pelo que vejo em Portugal, a proteção que conseguem é a barreira do Oceano Atlântico. E o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acha que a solução é criar mais um ministério.